

Gláucia Falsarella Foley

JUSTIÇA COMUNITÁRIA

POR UMA JUSTIÇA DA EMANCIPAÇÃO

Prefácios

Joaquim Falcão

Cristiano Paixão

Área específica

Sociologia do Direito.

Área afim

Mediação de Conflitos.

Público-alvo/consumidores da obra

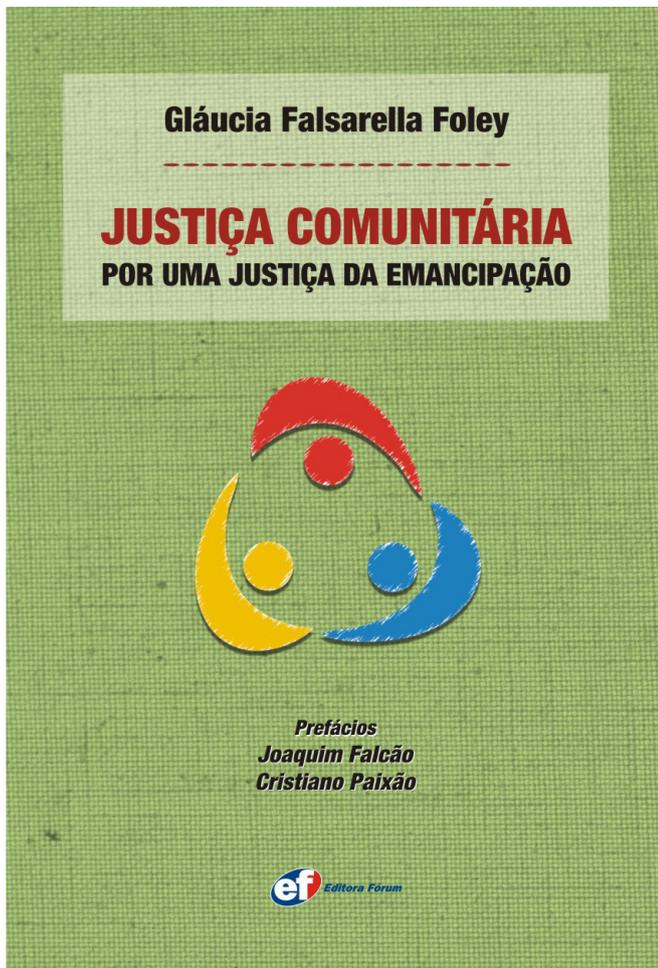
Estudantes e operadores do Direito
e da Sociologia.

200 páginas

ISBN 978-85-7700-372-3

Formato: x cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>



Diante da crise dos paradigmas da modernidade, o cenário contemporâneo, plural e fragmentado, demanda a construção de uma concepção de direito mais participativo e mais comunitário.

A racionalidade moderna — que celebra a universalidade, a linearidade e a verticalidade do processo judicial — já não se mostra suficiente para lidar com as complexidades que marcam os tempos atuais. Nesse sentido, a democratização do acesso à justiça não pode se limitar ao acesso ao Judiciário.

A partir do reconhecimento do papel estratégico da comunidade na construção da justiça e, diante da emergência de um movimento de resgate dos meios alternativos de resolução de conflitos, a mediação comunitária ganha especial relevo nesta obra. É que, quando operada na esfera comunitária, este método promove autodeterminação, empoderamento e participação nas decisões políticas, reelaborando o papel do conflito e desenhando um futuro sob novos paradigmas. Trata-se de uma justiça realizada para, na e, sobretudo, pela comunidade.

Esta obra pretende, pois, delinear os traços de uma justiça comunitária apta a integrar um projeto emancipatório que redimensione o direito, articulando-o sob uma nova relação entre ética, democracia e justiça.

(...) “Neste livro, um dos caminhos a um Judiciário mais acessível à população e mais eficiente é desvendado. Não se verá aqui a construção de uma teoria baseada em um mundo ideal. Em um mundo onde todos têm acesso aos direitos e bens considerados mínimos e essenciais. A discussão aqui ocorre com base no mundo real. Com os pés encharcados nos chãos do Brasil. O mundo das desigualdades. Materiais e imateriais. E do reconstruir o futuro aparentemente inevitável. Ter duas mãos e o sentimento do mundo, diria o mineiramente brasileiro Carlos Drummond. (...) Por tudo isso, este livro não servirá ao leitor somente para obter informação. Ele é também uma fonte de inspiração. Inspiração para pensar, repensar, e até de olhos fechados recompensar um Brasil mais forte e mais cidadão” (Joaquim Falcão).

(...) “A obra aponta para uma justiça da emancipação, que permita a afirmação de direitos e demandas por inclusão numa sociedade complexa e multifacetária. E essa indicação não se encontra apenas no texto de um bem-sucedido trabalho acadêmico. Como o último capítulo do livro revela, a Justiça Comunitária já é uma realidade concreta, uma experiência em andamento, um projeto com uma expressiva história já escrita por meio de suas práticas. A obra chega, então, no momento exato. No momento de demonstrar que, se são muitas as concepções e formas da justiça, são igualmente plurais os meios de acesso à jurisdição. Essas modalidades de acesso se traduzem num direito experimentado em sua acepção mais ampla, libertária, emancipatória, tudo isso compreendido no paradigma do Estado Democrático de Direito” (Cristiano Paixão).

Gláucia Falsarella Foley

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou pesquisa, na condição de Visiting Scholar, junto ao Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex – Reino Unido e junto ao Instituto para Estudos Legais da Universidade de Wisconsin-Madison-EUA. Juíza de Direito Coordenadora do Programa Justiça Comunitária e do 2º Juizado Especial Criminal de Taguatinga do TJDF.

SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIOS

Joaquim Falcão
Cristiano Paixão

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

O PARADIGMA MODERNO – RECONSTRUÇÃO TEORÉTICA

- 1.1 Elementos de afirmação do paradigma moderno
- 1.2 Assimetria nos pilares da Modernidade: aspectos da crise paradigmática

CAPÍTULO 2

RESSONÂNCIAS DA CRISE DO PARADIGMA MODERNO – TEORIAS DA JUSTIÇA EM DEBATE

- 2.1 O liberalismo de John Rawls (1921-2002)
- 2.2 O Comunitarismo de Michael Walzer (1935-)
- 2.3 A crítica da democracia radical
- 2.4 Universalismo *versus* relativismo. A hermenêutica diatópica
- 2.5 A teoria da pós-modernidade de oposição

CAPÍTULO 3

A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA. MODELOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 3.1 Desjudicialização e explosão de litigiosidade
- 3.2 Apresentação e classificação dos meios de resolução de conflitos
 - 3.2.1 A jurisdição
 - 3.2.2 A violência
 - 3.2.3 A conciliação
 - 3.2.4 A arbitragem
 - 3.2.5 A mediação
- 3.3 O movimento ADR
 - 3.3.1 Resgate histórico
 - 3.3.2 Perspectivas críticas

CAPÍTULO 4

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA COMUNITÁRIA PARA A EMANCIPAÇÃO

- 4.1 Mediação Regulatória ou Emancipatória?
- 4.2 O empoderamento
- 4.3 Uma proposta transformadora: *empoderamento e reconhecimento*
- 4.4 O papel do mediador
- 4.5 O desequilíbrio de poder

CAPÍTULO 5

A JUSTIÇA COMUNITÁRIA PARA A EMANCIPAÇÃO

- 5.1 Um novo olhar sobre o conflito
- 5.2 O saber como solidariedade e a retórica dialógica
- 5.3 As redes e a reinvenção da comunidade
- 5.4 O Estado como novíssimo movimento social
- 5.5 A Justiça Comunitária para a Emancipação. Uma síntese parcial

CAPÍTULO 6

O PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

- 6.1 Histórico
- 6.2 O Programa Justiça Comunitária. Linhas gerais
- 6.3 O *locus*: a comunidade
 - 6.3.1 O conceito de comunidade
 - 6.3.2 Conhecendo o *locus*. A cartografia social
 - 6.3.3 As redes sociais
- 6.4 Os atores sociais: Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania
- 6.5 Os três pilares do Programa Justiça Comunitária
 - 6.5.1 Educação para os direitos
 - 6.5.2 Mediação comunitária
 - 6.5.3 Animação de redes sociais
- 6.6 A equipe multidisciplinar
- 6.7 Os Núcleos Comunitários de Justiça e Cidadania
- 6.8 O Centro de Formação e Pesquisa em Justiça Comunitária
 - 6.8.1 Pressupostos epistemológicos
 - 6.8.2 Os encontros mensais

- 6.8.3 A programação curricular
- 6.8.3.1 Cidadania, Direito e Direitos Humanos
- 6.8.3.2 Os cursos e as oficinas de mediação
- 6.8.3.3 A capacitação para a animação de redes sociais
- 6.8.4 O corpo docente
- 6.8.5 A avaliação do processo de aprendizagem
- 6.8.6 Os recursos pedagógicos
- 6.9 As demandas do Programa Justiça Comunitária
- 6.9.1 As estatísticas
- 6.9.2 O perfil das demandas

- 6.9.3 Os conflitos criminais
- 6.9.3.1 Um caso a ser avaliado: o “muro da discórdia”
- 6.9.4 Ilustração de alguns casos concretos
- 6.9.4.1 O caso do aluguel entre famílias amigas
- 6.9.4.2 O caso do casamento
- 6.9.4.3 O caso da vaca
- 6.9.4.4 O caso das mães das crianças especiais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS